

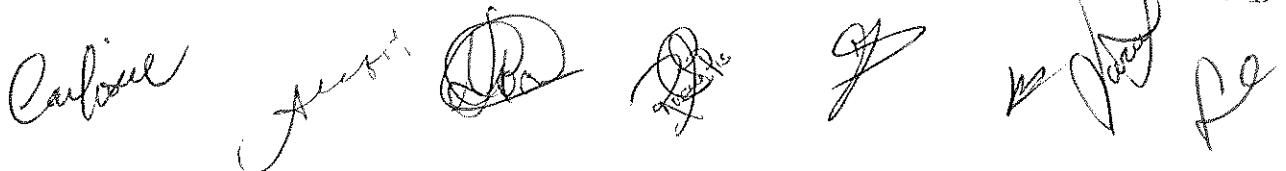
**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CONSELHO SUPERIOR**

Rua do Rouxinol, 115 - Bairro do Imbuí - CEP: 41720-052 - Salvador-BA

mail:gabinete@ifbaiano.edu.br

**ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR
DO INSTITUTO FEDERAL BAIANO - ANO 2012**

1 Aos seis dias do mês de junho de dois mil e doze, às 9h30min, após prévia convocação do
2 Presidente do Conselho Superior, o professor Sebastião Edson Moura, reuniram-se na sala de
3 reuniões da Reitoria do Instituto Federal da Bahia – IFBA, no Canela, os conselheiros abaixo
4 listados, para tratar da seguinte pauta: PRONATEC; afastamento de Sebastião de Oliveira, servidor
5 do IF Baiano para viagem ao exterior, com ônus para o *Campus* Santa Inês (Processo:
6 23327.001390/2012-08); afastamento para o exterior da servidora Aline Lima, *Campus* Santa Inês;
7 residências Institucionais; análise do Curso de Meio Ambiente do *Campus* Valença; alteração do
8 PPC do Curso Superior de Tecnologia em Agroindústria do *Campus* Guanambi (Processo:
9 23327.001419/2012-43); análise dos cursos Técnico em Agrimensura – Subsequente (Processo:
10 23327.000444/2012-29) e Técnico em Manutenção e Suporte em Informática – Subsequente
11 (Processo: 23327.000449-2011-51), a serem ofertados no *Campus* Senhor do Bonfim; alteração da
12 matriz curricular do curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática do *Campus*
13 Governador Mangabeira (Processo: 23327.001475/2012-88); análise dos cursos técnicos
14 subsequentes, na modalidade à distância: Alimentação Escolar, Secretaria Escolar, Multimeios
15 Didáticos e em Infraestrutura Escolar, vinculados ao Profissional, conforme convênio celebrado
16 entre o Instituto Federal Baiano – IF Baiano e o Instituto Federal do Paraná - IFPR, objetivando
17 suas aprovações e o que ocorrer. Participaram da reunião os seguintes conselheiros: Carlos Magno
18 Augusto Sampaio, Rosane Cardoso dos Santos Dias, Geovane Barbosa do Nascimento -
19 representantes do corpo docente, José Marcos Chaves Menezes, Anderson Jambeiro de Souza -
20 representantes dos servidores técnico-administrativos, Antônio Joaquim de Jesus Ribeiro Neto,
21 Emerson Zambrano Lara, Matheus Cunha Santos - representantes do corpo discente, Erenilton
22 Mendes Barbosa, Leurismar Marques Ferreira - representantes dos egressos e Carlos Elízio Cotrim,



23 Aécio José Araújo Passos Duarte, Alex Batista Dias - representantes dos diretores gerais dos *Campi*,
24 José Vasconcelos Lima Oliveira, representante do setor público, Aurina Oliveira Santana
25 (Suplente), representante do Ministério da Educação, estavam também presentes Alberto Alves de
26 Oliveira, Pró-Reitor de Extensão, José Carlos de Carvalho, Diretor de Ensino, Camila Lima Santana
27 e Santana, Coordenadora Especial de Gestão da Educação à Distância, Nilton de Santana dos
28 Santos, Presidente Substituto . Ao iniciar os trabalhos, o presidente do Conselho agradeceu a
29 presença dos conselheiros e apresentou os seguintes informes: não autorização da viagem do aluno
30 do *Campus Catu* para Cuba, devido a não regularização documental. Quanto à aquisição de tablet
31 para os conselheiros, o presidente substituto informou que consultou o Procurador do Instituto, Dr.
32 Osvaldo Almeida Neto, e este informou que não daria parecer sobre o assunto, já que se tratava de
33 matéria da esfera administrativa. Leurismar reafirmou, novamente, a necessidade de aquisição dos
34 tablet's, haja vista o volume excessivo de documentos enviados para leitura, por e-mail, aos
35 conselheiros. O presidente ficou de estudar o assunto e disse que consultaria Procurador sobre a
36 possibilidade de fornecer tablet para não servidores. Sobre o pagamento de Encargos de curso ou
37 concurso – o presidente disse que este assunto já está encerrado, uma vez que ficou definido que os
38 processos seriam devolvidos aos *Campi* para efetuarem o pagamento. Alertou, mais uma vez, sobre
39 as aberrações encontradas nos processos. Por isso encaminhará para o Conselho a proposta de uma
40 tabela com valores fixos para cada ação realizada pelas comissões. O conselheiro Geovane
41 defendeu a padronização da carga horária para cada ação. Disse que não deve mais protelar. O
42 conselheiro José Marcos perguntou por que alguns *Campi* ainda não pagaram. O conselheiro Alex
43 disse que o seu Diretor de Administração e Planejamento está avaliando a possibilidade de
44 pagamento pelo *Campus*, já que o recurso financeiro foi liberado para a Reitoria e, agora, o *Campus*
45 não possui recursos para realizar o pagamento. O presidente do Conselho informou que o assunto
46 será avaliado na próxima reunião do Colégio de Dirigentes. O conselheiro Aécio disse que após
47 analisar os resultados do processo seletivo para novos alunos, verificou que 84% (oitenta e quatro
48 por cento) dos aprovados são oriundos da zona urbana. Sugeriu que o Instituto realize uma prova
49 específica para os candidatos ao curso de Técnico em Agropecuária. O conselheiro Carlos Elízio
50 disse que o *Campus Guanambi* ainda não pagou por que estava seguindo as orientações contidas no
51 despacho enviado pelo Gabinete. O conselheiro Leurismar informou que conversou com Darlan e
52 que este informou-lhe que não havia pago porque estava seguindo às orientações do despacho
53 enviado pelo Gabinete e também pela retenção dos recursos financeiros na Reitoria. Quanto aos
54 resultados dos laudos sobre periculosidade e insalubridade dos *Campi*, Nilton informou que já havia
55 assinado o despacho autorizando a Diretoria de Gestão de Pessoas a realizar o pagamento.
56 Leurismar solicitou que fosse enviado uma cópia dos laudos para cada *Campus*. O presidente
57 justificou a demora na conclusão dos laudos, motivada pelo pedido de exoneração do outro

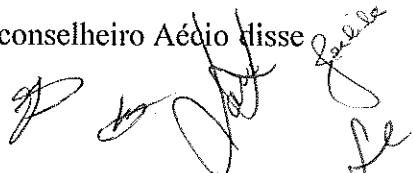
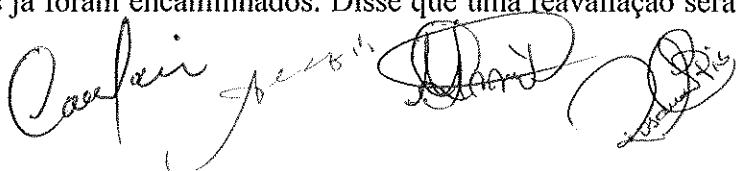
58 engenheiro, sobre carregando o engenheiro Robson. O conselheiro Geovane se queixou da falta de
59 "feed-back" do engenheiro aos *Campi*. O presidente explicou que já pediu celeridade nos
60 pagamentos e que enviará brevemente uma cópia para os *Campi*. O conselheiro Anderson Jambeiro
61 disse que, independentemente do laudo, o pagamento deverá ser feito retroativamente. O presidente
62 ficou de verificar o amparo legal para fazer o pagamento retroativo. O conselheiro Anderson
63 perguntou se seria necessário a solicitação do pagamento retroativo. O conselheiro José Vasconcelos
64 informou que na UFBA o servidor tem direito ao benefício a partir da data da requisição. O
65 Conselheiro Leurismar indagou por que, então, o *Campus Santa Inês* não estava pagando, já que
66 possuía o laudo. O presidente ficou de encaminhar a demanda à DGP. O conselheiro Carlos Magno,
67 que havia chegado naquele instante, justificou o seu atraso e solicitou que fosse retomado o assunto
68 encargos de curso ou concurso. Disse que sempre soube que os valores seriam pagos pela Reitoria e
69 questionou o quantitativo recebido quando da participação no processo seletivo de Santa Inês, a
70 título de diárias. Informou que não estava correto. Nilton disse que Carlos Magno participou de
71 todas as etapas do processo seletivo e que legalmente isso não é permitido. O Conselheiro Carlos
72 Magno falou que o seu trabalho foi em vão e aproveitou para dizer que não tinha entendido porque
73 alguns professores de Sociologia foram demitidos. Nilton explicou que o processo seletivo foi
74 cancelado por não ter havido publicidade do edital. O Conselheiro Geovane disse que esse tipo de
75 falha é inadmissível, pois compromete todo o processo. O conselheiro Carlos Magno solicitou que
76 fosse formada uma comissão exclusiva para organização de curso ou concurso. A conselheira
77 Aurina disse que a organização desse tipo de evento é difícil. Informou que os órgãos de controle
78 não aceitam comissões permanentes. Exemplificou citando o cancelamento do concurso para área
79 de pedagogia em Sergipe. O presidente disse que 80% (oitenta por cento) dos membros da comissão
80 foram substituídos, porque havia vínculo dos servidores com futuros candidatos às vagas. O
81 conselheiro Alex perguntou sobre a possibilidade de um membro do Conselho participar de uma
82 Comissão de Encargos de Curso ou Concurso. O conselheiro Geovane sugeriu que fosse feita uma
83 regulamentação, determinando os procedimentos a serem adotados pelas Comissões, evitando assim
84 as anulações e demais problemas administrativos. Antes de iniciar a apresentação do Projeto
85 PRONATEC, foi feita a leitura da Ata da reunião anterior, de 11/05/2012. **PRONATEC** - Alberto
86 pediu paciência com relação às ações do PRONATEC. Disse que é preciso haver discussão,
87 planejamento estratégico, cautela e prudência, pois o Programa é muito complexo. Em seguida
88 exibiu as ações do Programa, traçando a retrospectiva de tudo que já havia sido feito e o
89 cronograma das ações futuras. Os conselheiros fizeram algumas considerações sobre o
90 PRONATEC. O Conselheiro Aécio disse que conversou com outros diretores sobre o projeto e que
91 foram detectadas algumas inconsistências: medo com relação a qualidade dos resultados das
92 formações, programa muito extenso e que não permite a visualização de resultados consistentes.



93 Informou que pretende tratar os cursos oferecidos pelo programa de forma igual aos que são
94 oferecidos pelo Instituto. O conselheiro Leurismar perguntou se a disponibilização do quantitativo
95 de vagas para supervisores e apoio administrativo estava sendo por *Campus* ou por cursos, e
96 também sobre os valores pagos pelos serviços prestados. O conselheiro Carlos Magno concordou
97 com Aécio. Disse que o programa veio para resolver questões imediatas e questionou o tempo em
98 que as coisas foram feitas, sem que fosse feito o levantamento das demandas com as comunidades.
99 Perguntou quais eram os parceiros do IF Baiano no PRONATEC, quem irá atuar nos cursos, como
100 seria resolvida a questão do transporte. Alertou para a sobrecarga dos professores do Instituto e falta
101 de infraestrutura. O conselheiro José Marcos pediu esclarecimentos sobre a logística (transporte e
102 alimentação). O Pró-Reitor Alberto disse que algumas coisas terão que ser aprendidas no desenrolar
103 do processo. Quanto à questão do transporte, disse que será fornecido somente para levar o aluno da
104 escola pública para o *Campus*, mas que não sabe como será o retorno do aluno para casa. Ficou de
105 buscar parcerias com as Prefeituras do Estado. Disse que os cursos FIC, de execução mais rápida,
106 serão realizados dentro de três a quatro meses, com previsão de início para a segunda quinzena de
107 julho. O conselheiro José Marcos questionou se não haverá sobrecarga de horários dos docentes,
108 dezesseis horas para os cursos regulares do Instituto e mais dezesseis horas para o PRONATEC e
109 como será a prestação de contas dos recursos disponibilizados. Alberto disse que trará o financeiro
110 de cada *Campus* para uma reunião como a PROEX na Reitoria, e que a participação dos docentes
111 no programa dependerá de sua carga horária disponível, por isso cada *Campus* fará o controle da
112 participação dos seus docentes. O Conselheiro Carlos Elízio disse que está otimista com o programa
113 e que pode ocorrer dificuldades na compatibilização de horários dos servidores com os trabalhos do
114 PRONATEC. Não acredita em compensação de horas. Sugeriu que o Instituto só pense em pactuar
115 novos cursos após os resultados dos que já foram pactuados. O conselheiro Matheus falou da
116 situação das EMARCS, que estão passando por vários problemas e que não têm mais como
117 expandir, implantando novos programas. Esclareceu que, antes da implantação dos cursos
118 concomitantes será preciso aprovar o projeto da Organização Didática. O conselheiro Antônio
119 Joaquim solicitou melhorias para o *Campus* Santa Inês. O Conselheiro Anderson disse que o
120 PRONATEC funciona de forma inversa, primeiro são tomadas as decisões e posteriormente são
121 discutidas as ações. Criticou o expansionismo da rede. Perguntou como será a assistência estudantil
122 e como lidar com os alunos do PRONATEC. Alberto informou que cada Coordenação de Extensão
123 receberá um veículo que poderá ser utilizado para o transporte dos professores que se deslocarão até
124 os pólos para ministrar as aulas do PRONATEC. Disse que tem preocupação com a
125 incompatibilidade de horários e que vê o projeto como uma oportunidade, tanto para os alunos
126 como para os servidores. Quanto ao questionamento de Matheus, disse que cada *Campus* receberá
127 recursos do PRONATEC, inclusive o *Campus* Valença que já estava recebendo tais recursos. Disse



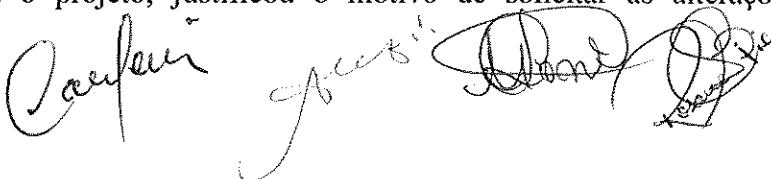
128 para os Conselheiros que não teve alternativa em aderir, ou não ao programa, e que não concorda
129 de que estava havendo inversão de ações. Disse também que o programa não prevê assistência
130 odontológica e/ou psicológica para os alunos. O conselheiro Alex disse que o programa foi uma
131 imposição do MEC, que tem como meta formar oito milhões de profissionais até o ano de dois mil e
132 quatorze. Agradeceu a Alberto pelo empenho e disposição na realização do programa. Disse que não
133 se sentia seguro para responder aos questionamentos da comunidade sobre o programa, por isso
134 solicitou que fosse criada uma página no site do Instituto, com informações sobre o programa. A
135 conselheira Rosane parabenizou Alberto pelo trabalho realizado. Disse que o programa envolve
136 outras ações e que o Instituto não foi procurado para saber se iria aderir ou não ao programa.
137 Solicitou que todos procurassem entender o processo, procurando contribuir e não somente buscar
138 pontos falhos. O conselheiro Geovane parabenizou a PROEX pelo empenho feito até o momento no
139 sentido de viabilizar o programa PRONATEC, concordando com o Pró-reitor de que o programa é
140 muito complexo. Questionou a qualidade dos cursos que serão ofertados e a logística. Disse que os
141 gestores precisam de mais informações para tomar decisões coerentes. Sugeriu que o Instituto
142 reveja a oferta de cursos, após considerar a complexidade do programa PRONATEC e enfatizou sua
143 preocupação em relação ao elevado número de cursos que a PROEX está pactuando neste início de
144 projeto. Propôs que fosse diminuindo de 80 (oitenta) para 20 (vinte), uma média de dois cursos por
145 Campi. O conselheiro José Vasconcelos parabenizou Alberto, questionando, em seguida, a
146 realização do estudo de demanda e o processo de avaliação dos cursos. Alberto disponibilizou para
147 os conselheiros o endereço de e-mail do PRONATEC e disse que já havia solicitado à Diretoria de
148 Gestão da Tecnologia da Informação – DGTI para alimentar a página com informações. Respondeu
149 que não houve tempo hábil para fazer o estudo de demanda e que poderá estudar uma possível
150 redução de ofertas de cursos. Sobre o processo de avaliação dos cursos e das pessoas, disse que já
151 está montando. O presidente disse que o PRONATEC também está sendo discutido no CONIF e
152 que vários reitores não foram a favor da implantação do programa, mas que não houve outra opção,
153 senão, aderir ao programa. Disse que falhas existem, mas que o processo do IF Baiano está sendo
154 feito de forma planejada. Referiu-se à lentidão do governo em solucionar os problemas dos
155 Institutos. Pediu entendimento dos Conselheiros diante da situação do PRONATEC. O conselheiro
156 Carlos Magno solicitou que fosse agendada uma nova reunião do Conselho Superior para discutir o
157 programa PRONATEC. Disse que não acredita no programa. O presidente justificou, dizendo que o
158 edital chegou pronto e que infelizmente o Instituto teve que aderir ao programa. O conselheiro
159 Geovane, novamente, solicitou que fosse reduzida a oferta dos cursos. Alberto disse que foi o
160 Conselho Gestor do PRONATEC quem definiu o quantitativo dos cursos a serem ofertados. O
161 presidente disse que a redução da oferta de cursos não será possível, uma vez que os cursos pré-
162 pactuados já foram encaminhados. Disse que uma reavaliação será feita. O conselheiro Aécio disse



que será prematuro um corte agora e que o mais prudente seria garantir o que já foi pactuado, corrigindo o que está para ser feito. Solicitou uma reunião extraordinária do CONSUP para discutir o tema, mas que os *Campi* tragam dados sobre o assunto. Solicitou que não fossem pactuados novos cursos. Alberto informou que as coordenações de extensão terão que informar a capacidade de adesão dos seus *Campi* e que a pactuação só acontece com a concordância dos diretores. O presidente solicitou que o Comitê Gestor analise e reavalie a necessidade de ofertas de novos cursos. Verificando que a pauta estava muito extensa, o Colegiado decidiu suprimir os seguintes itens: residências institucionais e análise do Curso de Meio Ambiente do *Campus* Valença.

Afastamento de Sebastião de Oliveira, servidor do IF Baiano para viagem ao exterior - O servidor Sebastião apresentou-se e justificou a ausência da professora Aline dos Santos Lima. Disse que a professora discordou da necessidade de apresentar o seu trabalho de pesquisa aos membros do Conselho, uma vez que o colegiado nem sempre terá profissionais qualificados da mesma área em que os trabalhos apresentados serão submetidos, para deliberar sobre o assunto. O professor Sebastião também fez críticas ao procedimento deliberado pelos membros do CONSUP. Em seguida, fez a apresentação do seu trabalho de pesquisa. O presidente justificou a necessidade da apresentação para verificar a importância do trabalho do servidor para a Instituição, uma vez que os recursos para pagamento de diárias e passagens estão escassos. A conselheira Rosane disse que a intenção do conselho não é de emitir parecer técnico, mas sim verificar a relevância dos trabalhos para a Instituição. O Conselheiro Geovane argumentou que o problema a ser resolvido nestes casos deveria ser quanto ao orçamento que cada *Campi* disponibilizará para capacitação e/ou qualificação de seus servidores, e entendia que o que cabe ao CONSUP é autorizar o servidor a fazer a viagem internacional, não cabendo, por outro lado, a aprovação. Disse que o problema maior é a falta de recursos financeiros e que a questão de avaliar o trabalho do professor atrelada a apreciação e/ou avaliação de artigo, sendo este já avaliado e aprovado pelo evento internacional. O presidente informou que os *Campi* têm autonomia para avaliar e aprovar mas, infelizmente, estão enviando para autorização via Reitoria. O conselheiro Alex questionou o que fazer quando não houver recursos e quais critérios adotar para preterir um servidor a outro. O conselheiro José Vasconcelos informou que na UFBA cada unidade de ensino recebe os recursos, com um teto fixo. Acabando tais recursos os servidores não viajam. O servidor Sebastião afirmou ser favorável que os *Campi* deliberem sobre o assunto. O conselheiro Geovane solicitou que o Conselho reveja a decisão. O conselheiro Aécio disse que existe a deliberação do Conselho pela necessidade da vinda do servidor ao Colegiado e que não deverá existir decisões diferentes, até que o Conselho reveja a decisão.

Alteração do PPC do Curso Superior de Tecnologia em Agroindústria do Campus Guanambi - A professora Normane Mirele Chaves da Silva, Coordenadora do Curso de Agroindústria, apresentou o projeto, justificou o motivo de solicitar as alterações: adequação do curso às



198 orientações do Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, uniformização da matriz
199 curricular, necessidades dos discentes e reconhecimento do curso pelo MEC. O conselheiro Alex
200 perguntou sobre a capacidade do comércio e indústria local em absorver a mão de obra dos futuros
201 alunos, como estagiários e posteriormente, como profissionais. A professora Normane disse que,
202 nas proximidades do *Campus* não existiam muitas possibilidades. O conselheiro Carlos Elízio disse
203 que o aluno tem que pensar em ir para outras regiões onde há demanda por esse tipo de mão de
204 obra. O conselheiro Alex questionou, então, porque aprovar um curso em que o mercado de trabalho
205 da região não tem capacidade para empregabilidade dos profissionais. A conselheira Rosane
206 perguntou se a falta de vagas para estágio estava vinculada às aulas práticas. Disse que sentiu falta
207 na matriz curricular apresentada direcionada para o aluno atuar no mercado de trabalho. Perguntou,
208 também, sobre o preparo do aluno para lidar com as novas tecnologias. A professora Normane
209 informou que, embora não tenha falado sobre o assunto, foram incluídas as matérias de marketing e
210 empreendedorismo e cooperativismo. O conselheiro Emerson disse que a criação de uma empresa
211 júnior poderia solucionar a questão do estágio supervisionado. A conselheira Rosane sugeriu que as
212 atividades de pesquisa e extensão fossem consideradas como estágio. O conselheiro Geovane
213 perguntou qual foi a demanda candidato x vaga. A professora Normane respondeu que foram
214 setecentos candidatos inscritos para quarenta vagas ofertadas, via ENEM. O conselheiro Geovane
215 chamou a atenção para sobre a falta de tempo destinado para os estudantes participarem de projetos
216 de pesquisa e extensão, pois as matrizes curriculares dos cursos não previam e/ou disponibilizar
217 tempo para tais atividades. O conselheiro Matheus perguntou se houve a socialização das alterações
218 com a comunidade discente. A professora Normane disse que sim. O conselheiro José Vasconcelos
219 disse que a dificuldade em arranjar postos de estágios está atingindo vários cursos, devido a nova lei
220 de estágio. Em seguida o presidente colocou o item da pauta em votação. Foi aprovado por
221 unanimidade, sem nenhuma abstenção. **Análise dos cursos Técnico em Agrimensura –**
222 **Subsequente (Processo: 23327.000444/2012-29) e Técnico em Manutenção e Suporte em**
223 **Informática – Subsequente (Processo: 23327.000449-2011-51) a serem ofertados no *Campus***
224 **Senhor do Bonfim, e alteração da matriz curricular do curso Técnico em Manutenção e**
225 **Suporte em Informática-Campus Governador Mangabeira (Processo: 23327.001475/2012-88)**
226 – A título de esclarecimentos, o conselheiro Aécio informou que os cursos de Técnico em
227 Agrimensura e Técnico em Manutenção e Suporte em Informática, ambos na modalidade
228 subsequente, já haviam sido aprovados pelo Conselho. Assim, restava somente acrescentar o
229 resultado da audiência pública e que o curso de Agrimensura só será implantado após a realização
230 do concurso público. Postos em votação, foram aprovados por unanimidade, sem abstenções.
231 **Análise dos cursos técnicos subsequentes, na modalidade à distância: Alimentação Escolar,**
232 **Secretaria Escolar, Multimeios Didáticos e em Infraestrutura Escolar, Vinculados ao**

233 **Profucionário, conforme convênio celebrado entre o IF Baiano e IFPR** - A professora da
234 PROEN, Camila Santana, apresentou o histórico das ações do programa, implantado desde março
235 de dois mil e onze, os objetivos, cursos ofertados pela rede e-TEC, carga horária e o quantitativo de
236 vagas por curso. O conselheiro Leurismar pediu mais informações sobre os cursos: modalidade de
237 ensino e instrutores. O conselheiro Geovane perguntou como foi feito o estudo de demanda e se este
238 programa previa algum recurso para melhoria da infraestrutura dos *Campi*. Camila respondeu que o
239 Instituto já recebeu tudo pronto pelo Governo do Estado e que os *Campi* foram consultados sobre a
240 possibilidade de implantação dos cursos. O conselheiro Matheus perguntou por que o *Campus*
241 Valença não irá oferta os cursos. O conselheiro Geovane relatou que o *Campus* Uruçuca reservou
242 uma sala para uso exclusivo do ensino EAD (red e-TEC) e que houve problemas quanto ao uso da
243 referida sala, pois alguns professores precisaram utilizar a referida sala para ministrarem suas aulas
244 no período diurno; relatou também que a maior sala do *Campus*, que é utilizada como auditório,
245 teve seu espaço reduzido para adaptação de uma outra sala de aula, e que isto também tem trazido
246 problemas para os docentes e discentes. O Conselheiro Geovane concluiu dizendo que estava
247 surpreso em saber que o Campus Uruçuca iria ofertar mais cursos EAD, e que entendia que na
248 conjuntura atual o Campus Uruçuca não tem as condições necessárias para reservar mais salas,
249 exclusivas para EAD, e que a ampliação da oferta de cursos deveria acontecer condicionada a
250 melhoria de infraestrutura mínima e necessária. O conselheiro Anderson questionou como foram
251 selecionados os tutores, se os cursos ainda não tinham sido aprovados. Camila disse que os cursos
252 estavam sendo ofertados desde dois mil e onze e que por isso os tutores já haviam sido
253 selecionados. O conselheiro Anderson mostrou-se preocupado com estas novas ofertas de cursos,
254 uma vez que em Santa Inês está havendo uma evasão muito alta dos alunos do curso EAD. O
255 presidente do Conselho disse que os cursos são importantes, haja vista a necessidade do mercado
256 por profissionais. Em seguida colocou o projeto de implantação dos cursos em votação. Foi
257 aprovado por 15 votos a favor e uma abstenção. **O que ocorrer - Os conselheiros Carlos Magno e**
258 **Anderson Jambeiro solicitaram como item extra de pauta a Progressão Docente e a Jornada**
259 **de Trinta Horas para os Técnicos Administrativos em Educação (TAES)**. O conselheiro Carlos
260 Magno protocolou o documento para que o Colegiado aprovasse a apreciação e votação desses
261 assuntos no item “o que ocorrer”. Posteriormente fez a leitura do documento (legislação aplicada ao
262 tema em questão). O conselheiro Alex disse que os conselheiros não tiveram acesso prévio ao
263 documento e sugeriu que o assunto fosse discutido na reunião do Colégio de Dirigentes. O
264 conselheiro Carlos Magno disse que esse assunto já havia sido debatido por várias vezes e achava
265 que seria possível votar naquele instante. O Conselheiro Aécio, então, colocou em questão duas
266 situações a serem analisadas pelo Colegiado: a) colocar os temas citados como pauta extra b) votar
267 um assunto sobre o qual não houve discussão prévia. O conselheiro Geovane ponderou, dizendo que

268 a não progressão dos professores era injusta, pois afeta o princípio da isonomia salarial entre
269 docentes com a mesma titulação, o que tem causado desânimo e insatisfação pela carreira docente
270 dos Institutos Federais. Informou que havia consultado o procurador do Instituto, Dr. Osvaldo
271 Almeida Neto, sobre a problemática progressão e sobre a competência do CONSUP em deliberar
272 sobre esta questão, e que o procurador afirmou que não daria parecer sobre um assunto que ainda
273 não havia sido regulamentado. O conselheiro Geovane concluiu que o CONSUP, apesar de ser um
274 órgão consultivo e deliberativo, não tinha competência para deliberar sobre questões da esfera
275 administrativa, mas fez o encaminhamento para que os conselheiros aconselhassem o presidente do
276 CONSUP a decidir favoravelmente pela concessão da progressão. O conselheiro Anderson
277 Jambeiro argumentou que não havia necessidade do envio antecipado do assunto como ponto de
278 pauta, uma vez que o Conselho tem recebido documentos para serem discutidos sem obediência aos
279 prazos mínimos exigidos pelo regulamento. O presidente do Conselho, Sebastião Edson, reafirmou
280 a sua decisão de não colocar em votação o ponto de pauta acima referenciado, pois teme pelas
281 consequências de ato, ainda que fique mal visto pelos servidores docentes. O conselheiro Carlos
282 Magno questionou a decisão do presidente do Conselho, solicitando a isenção do Colegiado diante
283 da decisão do Presidente. Disse que entendia a insegurança do Reitor, mas que existiam servidores
284 também preocupados e inseguros com o futuro profissional, já que investiram em mestrados e
285 doutorados e não estavam sendo remunerados por isso. Solicitou que o Conselho, a Procuradoria e a
286 Reitoria se posicionassem sobre o assunto oficialmente. O conselheiro Geovane disse saber da
287 limitação daquela casa em deliberar sobre atos administrativos. Insistiu que o seu encaminhamento
288 fosse colocado em votação e que os conselheiros se manifestassem através do voto, orientando o
289 presidente do colegiado a decidir favoravelmente pelo pagamento da progressão por titulação dos
290 docentes. O presidente do Colegiado fez a leitura de um documento enviado pela Procuradoria
291 Geral da União responsabilizando os reitores, única e exclusivamente pela decisão em conceder a
292 Progressão DI para DIII. Carlos Magno argumentou, informando os nomes dos Institutos que já
293 estavam pagando pela titulação dos docentes e lamentou a forma pela qual terminou a reunião. O
294 conselheiro Anderson perguntou sobre a implantação da jornada de 30 horas para os Técnicos
295 Administrativos. O presidente disse que este assunto será tratado na próxima reunião do Colégio de
296 Dirigentes em Bom Jesus da Lapa. O conselheiro Carlos Magno, mais uma vez, cobrou um
297 posicionamento do Conselho sobre a progressão docente e a jornada de 30 horas para os TAES, fato
298 não ocorrido em virtude da falta de quorum mínimo para votação. O conselheiro Geovane pediu
299 questão de ordem para a mesa e solicitou que fosse registrado em Ata o motivo pelo qual seu
300 encaminhamento não foi colocado em votação e propôs que as próximas reuniões do Conselho
301 possam ser gravadas em áudio e vídeo. O conselheiro Carlos Magno pediu que fosse registrada em
302 Ata o seu apoio público à greve deflagrada pelo SINASEFE e demais entidades de representação



303 dos trabalhadores da educação federal e do serviço público federal; o seu reconhecimento público
304 da manifestação dos estudantes do *Campus Santa Inês* no dia cinco de junho de 2012; a sua moção
305 de apoio ao movimento grevista dos professores da rede estadual da Bahia; o seu repúdio às ações
306 do Governador do Estado da Bahia, Jacques Wagner, pelo tratamento dispensado aos trabalhadores
307 em greve e questionou a não publicação de suas mensagens eletrônicas enviadas à ASCOM na
308 página do Instituto. Mais nada a registrar, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião e solicitou
309 que fosse lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim, JOÉLITA
310 PEREIRA OLIVEIRA, Secretária dos Colegiados e pelos membros do Conselho Superior.

311 Salvador, 06 de junho de 2012.

312 XXX.

313 *Fátila Penha Almeida, Se Dto 6 Ns, Canto*
314 *Antônio Józias Marques Alves Penha*

Mathew Cunha Sá

Rosane Andrade dos Santos Ribeiro

Dionyce Batista Pires

Paulo Sérgio Ferreira

Graziela Paula Ferreira

Carlos Wagner Ferreira Campari